

## DESPACHO

Considerada a inexecução contratual noticiada nos autos, consistente na não entrega dos bens pactuados neste Contrato 05/2020, consoante explicitado na manifestação da Procuradoria Geral do Estado (parecer PA-BCL-01/2020); e a necessidade pública de urgente estruturação da assistência à saúde da população nordestina, que reclama a imediata disponibilidade dos recursos públicos, decido pela rescisão unilateral nos termos dos arts. 78, I, e 79, I, da Lei nº 8.666/1993.

Promova-se a imediata notificação da empresa.

Proceda-se, ainda, para a instauração urgente de processo sancionatório.

Publique-se.



---

**RUI COSTA**  
**Presidente do Consórcio Nordeste**